

STJ00110085

LEONARDO BUISSA  
LUCAS BEVILACQUA  
*Coordenadores*

*Prefácio*

Luiz Alberto Gurgel de Faria

*Apresentação*

Regina Helena Costa

# PROCESSO TRIBUTÁRIO

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinora Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHEIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com AACR2

P963

Processo tributário / Leonardo Buissa, Lucas Bevilacqua (Coord.). – 2. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2020.

440p. ; 17cm x 24cm.

2ª edição, revista, ampliada e atualizada de *Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno*

ISBN: 978-85-450-0758-6

1. Direito Tributário. 2. Direito Processual Civil. I. Buissa, Leonardo. II. Bevilacqua, Lucas.

III. Título.

CDD: 341.39

CDU: 34:336

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BUISSA, Leonardo; BEVILACQUA, Lucas (Coord.). *Processo tributário*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 440p. ISBN 978-85-450-0758-6.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>Luiz Alberto Gurgel de Faria</b> .....	15
NOTA DOS COORDENADORES PARA A SEGUNDA EDIÇÃO .....	17
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
<b>Regina Helena Costa</b> .....	19

PARTE 1  
O NCPC E O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

OS LIMITES DO DEVER DE COOPERAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	
<b>Caio Augusto Takano, Arthur Leite da Cruz Pitman</b> .....	23
1 Introdução .....	23
2 A noção de cooperação e a sua positivação no Código de Processo Civil de 2015 .....	24
3 O dever de cooperação no processo administrativo fiscal .....	29
4 Consequências da não cooperação do contribuinte no processo administrativo fiscal .....	32
5 Conclusão .....	35
Referências .....	35

PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	
<b>Paulo Henrique dos Santos Lucon</b> .....	37
1 Introdução .....	37
2 Ônus da prova nos processos administrativos tributários .....	38
3 Prova pericial nos processos administrativos tributários .....	43
4 Ata notarial .....	48
5 O art. 371 do CPC/2015 e o fim do livre convencimento .....	49
6 Encerramento .....	49
Referências .....	50

IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) NA SUSPENSÃO DOS JULGAMENTOS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)	
<b>Alexandre Coelho de Oliveira, Lucas Bevilacqua</b> .....	51
Introdução .....	51
1 Processo administrativo tributário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) .....	52
2 A aplicabilidade supletiva e subsidiária do CPC e o PAT .....	53

3	A eficiência aplicada ao PAT por meio das instrumentalidades repetitivas.....	56
4	Considerações finais .....	59
	Referências.....	60

## INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A APLICABILIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

<b>Gabriel Carvalho Zampieri</b> .....	63
Introdução.....	63
1    Abordagem processual civil .....	64
1.1 Precedentes judiciais e a relação com o processo tributário .....	64
1.2 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	66
2    Abordagem processual administrativa.....	70
2.1 Aplicação das decisões proferidas em repercussão geral e recurso repetitivo no CARF ..	70
2.2 Aplicação do artigo 15 do Código de Processo Civil aos processos do CARF.....	71
3    Alcance das decisões dos Tribunais Regionais Federais .....	72
4    Conclusão .....	73
Referências.....	75

## A DENÚNCIA ESPONTÂNEA NO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO: O PARCELAMENTO E A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

<b>Ivan Allegretti, Thiago Dayan</b> .....	77
1    Introdução.....	77
2    O efeito e a configuração da denúncia espontânea .....	78
3    A denúncia espontânea no lançamento por homologação .....	81
4    A denúncia espontânea por meio de parcelamento .....	84
5    A denúncia espontânea por meio de compensação .....	86
6    A influência dos recursos repetitivos e das soluções de consulta em relação aos julgamentos do CARF.....	92
7    Conclusão .....	95

## A POSSIBILIDADE DE REALIZAR TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TERMO LITÍGIO CONSTANTE NO ARTIGO 171 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

<b>Erica Carneiro Pereira de Oliveira Silva, Giovana Nahas Dafico Bernardes</b> .....	97
Considerações iniciais: o papel da tributação no Estado Democrático de Direito. A transação em matéria tributária como forma de alcançar esse escopo .....	97
1    Breve delineamento sobre o conceito de transação em matéria tributária .....	99
2    A compatibilidade entre os dogmas do Direito Administrativo e a possibilidade de transacionar em matéria tributária .....	102
3    O problema jurídico consistente na delimitação do conceito de “(de)terminação de litígio” exposto no artigo 171 do Código Tributário Nacional .....	104
4    Medida Provisória nº 899/2019 .....	108
Considerações finais .....	113
Referências.....	114

PARTE 2  
O NCPC E SEUS REFLEXOS NA EXECUÇÃO FISCAL

**SISTEMA MULTIPORTAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CRISE DA EXECUÇÃO FISCAL: UMA REVISITA A PARTIR DO OBSERVATÓRIO DA MACROLITIGÂNCIA FISCAL**

<b>Rafael Campos Soares Da Fonseca</b> .....	117
1 Introdução .....	117
2 Acesso à justiça e o processo tributário na Constituição da República de 1988 .....	118
3 Justiça e eficiência da execução fiscal .....	119
4 O esgotamento do modelo vigente de execução fiscal .....	120
5 A macrolitigância fiscal como objeto de estudo.....	123
6 O sistema multiportas no CPC e suas potencialidades no processo tributário .....	125
7 Conclusão .....	126
Referências.....	127

**INCONSTITUCIONALIDADE DO BLOQUEIO UNILATERAL DE BENS PELA FAZENDA PÚBLICA PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

<b>Alberto Medeiros</b> .....	129
1 Introdução .....	129
2 Desvirtuamento do sistema de cobrança da dívida ativa tributária federal e empoderamento desmedido da Fazenda Pública Federal .....	131
3 Inconstitucionalidade do bloqueio unilateral por afronta ao devido processo legal substantivo e reserva de jurisdição.....	134
4 Conclusão .....	140
Referências.....	141

**AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA E CONSTITUCIONALIDADE**

<b>Phelippe Toledo Pires de Oliveira, Rogério Campos</b> .....	143
1 Introdução .....	143
2 A averbação pré-executória no contexto das medidas de racionalização da cobrança do crédito tributário.....	144
3 Moldura legal da averbação pré-executória.....	146
4 Da reserva de lei complementar e compatibilidade da averbação pré-executória com o Código Tributário Nacional .....	150
5 Conclusão .....	152
Referências.....	154

**BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CPC/2015 E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA EXECUÇÃO FISCAL**

<b>Elmo José Duarte de Almeida Júnior</b> .....	155
1 Introdução .....	155
2 A aplicação subsidiária do CPC/2015 às execuções fiscais.....	156
3 A contagem dos prazos em dias úteis.....	158
4 Honorários advocatícios.....	158

5	Penhora <i>on-line</i> antes da citação do devedor.....	160
6	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	162
7	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica e o redirecionamento das execuções fiscais.....	164
8	Considerações finais.....	167
	Referências.....	168

## PRESC R IÇÃO E O REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL: APONTAMENTOS SOBRE O RESP Nº 1.201.993/SP

	<b>Reynaldo Soares da Fonseca, Rafael Campos Soares da Fonseca, Gabriel Campos Soares da Fonseca.....</b>	<b>169</b>
	Introdução.....	169
1	O desenvolvimento da jurisprudência do STJ sobre a prescrição do redirecionamento da execução fiscal.....	170
2	Análise do REsp nº 1.201.993/SP.....	172
	Considerações finais.....	174
	Referências.....	175

## PRESC R IÇÃO INTERCORRENTE E SEU TERMO INICIAL – ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO STJ (RESP Nº 1.340.553)

	<b>Leonardo Buissa Freitas, Raimundo Nonato Pereira Diniz.....</b>	<b>177</b>
1	Introdução.....	177
2	O cenário da execução fiscal no Brasil.....	178
3	Prejudicialidade do RE nº 636.562/SC e a questão de ordem sobre o incidente de inconstitucionalidade no STJ.....	181
4	Cabimento da sistemática do recurso especial repetitivo ao caso.....	182
5	Análise do caso concreto.....	184
6	Teses fixadas no recurso repetitivo.....	185
7	Divergência do voto-vista do Ministro Herman Benjamin.....	187
8	Notas finais.....	188
9	Conclusão.....	189
	Referências.....	190

## EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

	<b>Marcílio da Silva Ferreira Filho.....</b>	<b>191</b>
1	Natureza jurídica e características.....	191
2	Questões recursais importantes.....	196
3	Honorários advocatícios na EPE.....	198
4	Últimos comentários.....	201
	Referências.....	201

## O REGIME DE EXPROPRIAÇÃO NO NCPC E A APLICAÇÃO À LEF

	<b>Max Möller.....</b>	<b>203</b>
1	Aplicação das normas processuais à LEF.....	203
1.1	Natureza das normas envolvendo expropriação.....	206
2	As novidades do Novo Código de Processo Civil aplicáveis à execução fiscal.....	206
2.1	Alienação de bens indivisíveis. Submissão do bem de terceiro à execução.....	207
2.2	Dispensa de avaliação para automóvel ou bem com quotação.....	209
2.3	Prevalência e consolidação do leilão eletrônico.....	210

2.4	Aplicação de toda a reforma relativa à citação e intimação.....	212
2.5	As dúvidas envolvendo a adjudicação .....	213
	Conclusão .....	214
	Referências.....	215

## A EXECUÇÃO FISCAL E OS PROCEDIMENTOS DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E INVENTÁRIO

<b>Rodrigo Medeiros de Lima.....</b>	<b>217</b>	
1	Considerações introdutórias.....	217
2	Execução fiscal e falência.....	218
2.1	A falência .....	218
2.2	Legitimidade da massa falida para figurar no polo passivo da execução fiscal .....	219
2.3	Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal em face do sócio-gerente pelo só fato da decretação da falência da sociedade empresária devedora .....	221
2.4	Subordinação da satisfação do crédito exequendo ao procedimento da falência .....	221
2.5	Impossibilidade da adjudicação de bem do falido pela Fazenda Pública .....	223
2.6	Habilitação do crédito da Fazenda Pública em falência.....	223
2.7	Questão correlata: ilegitimidade da Fazenda Pública para o requerimento da falência.....	224
3	Execução fiscal e recuperação judicial.....	226
3.1	A recuperação judicial e a exigência da regularidade fiscal do empresário.....	226
3.1.1	Controvérsia quanto aos créditos não tributários .....	227
3.2	Dispensa da exigência de regularidade .....	227
3.3	Aplicação do parcelamento do art. 10-A da Lei nº 10.522/2002 a estados, Distrito Federal e municípios.....	230
3.4	Restrição à adoção de atos de constrição e alienação de bens em face do devedor em recuperação judicial.....	230
4	Execução fiscal e inventário .....	234
4.1	O inventário .....	234
4.2	Legitimidade do espólio para figurar no polo passivo da execução fiscal .....	235
4.3	Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal ao espólio quando não aperfeiçoada a citação antes da morte do devedor .....	236
4.4	Penhora de bens do espólio x penhora no rosto dos autos do inventário .....	238
4.5	Habilitação do crédito da Fazenda Pública em inventário .....	238
4.6	Insolvência do espólio.....	239
	Referências.....	239

### PARTE 3

## ONPCP, A FASE DE CONHECIMENTO E OS REFLEXOS NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

<b>DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, ORDEM CRONOLÓGICA DOS JULGAMENTOS E DEVER DE COOPERAÇÃO</b>		
<b>Eduardo Muniz Machado Cavalcanti.....</b>	<b>243</b>	
1	Introdução .....	243
2	O princípio da razoável duração do processo e a ordem cronológica dos julgamentos .....	244

3	O dever de cooperação e suas repercussões no âmbito tributário .....	253
4	Conclusão .....	260
	Referências .....	260

## REFLEXÕES SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

<b>Lázaro Reis Pinheiro Silva</b> .....	263	
1	Introdução .....	263
2	O processo de positivação da obrigação tributária e a tutela jurisdicional própria à solução do conflito tributário .....	265
3	A tutela provisória no CPC-15: cuidados na sua aplicação aos conflitos de Direito Tributário.....	268
4	Conclusões.....	274
	Referências.....	275

## AS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CPC/15 (LEI Nº 13.105/15) E A ANTECIPAÇÃO DE GARANTIA NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO

<b>Sérgio Farina Filho, Fabio Tarandach</b> .....	277	
1	Introdução .....	277
2	As tutelas provisórias no novo CPC/15 .....	278
3	O cabimento da tutela de evidência .....	279
4	O cabimento da tutela de urgência cautelar.....	280
5	A incoerência teórica da utilização da tutela de urgência antecipada.....	281
6	Conclusão .....	282

## O PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ E O ÔNUS DINÂMICO DA PROVA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

<b>Leonardo Buissa, Gabriel Buissa</b> .....	285	
1	Considerações iniciais: devido processo legal e ordem jurídica justa .....	285
2	Boa-fé, lealdade e cooperação no direito probatório.....	286
3	Poderes do juiz em matéria de prova .....	287
4	Finalidade, destinação e objeto da prova: sua relação com o convencimento do juiz .....	288
5	Poderes instrutórios do juiz.....	290
6	Persuasão racional.....	292
7	Ônus da prova .....	294
8	Inversão do ônus da prova. Distribuição dinâmica do ônus da prova .....	296
9	Considerações finais .....	300
	Referências.....	301

## OS LIMITES PARA A RESCISÃO DE DECISÃO JUDICIAL QUE ARBITRA HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

<b>Marco Betoni</b> .....	303	
I	Introdução .....	303
II	O termo inicial do prazo decadencial e a coisa julgada parcial.....	304
III	A necessidade de demonstração de violação ao artigo 85 do CPC para o ajuizamento de ação rescisória contra o arbitramento de honorários de sucumbência .....	307
IV	A caracterização da <i>supressio</i> .....	308
V	Conclusão .....	309
	Referências.....	309



## HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OU CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA? (QUANDO OS BENS ARRECADADOS NÃO BASTAM À SATISFAÇÃO DE AMBOS)

<b>Claudiney Rocha Rezende</b> .....	311
Introdução .....	311
1 Os objetos em disputa.....	312
1.1 Honorários advocatícios.....	312
1.2 Créditos da Fazenda Pública .....	313
1.3 Classificação, privilégios e preferências.....	314
2 Os sujeitos envolvidos .....	315
2.1 Fazenda Pública.....	315
2.2 Advogados públicos .....	316
3 Os parâmetros constitucionais .....	316
4 As alternativas .....	317
4.1 Exclusão .....	318
4.2 Imputação.....	319
4.3 Comunhão.....	320
Conclusão .....	322
Referências.....	325

## PARTE 4 DO SISTEMA DECISÓRIO E A FASE RECURSAL DO NCPC E O PROCESSO TRIBUTÁRIO

### JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA, SEGURANÇA JURÍDICA, MODULAÇÃO DE EFEITOS E O §3º DO ART. 927 NA LEI Nº 13.105/2015 (“NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL”)

<b>Jeferson Teodorovicz</b> .....	329
Introdução .....	329
1 Algumas breves linhas sobre segurança jurídica no Direito Tributário .....	330
2 A modulação dos efeitos em decisões de inconstitucionalidade no controle concentrado e outras hipóteses .....	333
3 Da aceitação anterior da literatura especializada sobre a possibilidade de modulação de efeitos em alteração de jurisprudência dominante .....	337
4 Modulação de efeitos em decisões que se pronunciam acerca da constitucionalidade – ou não – de leis ou atos normativos: precedentes contrários ou favoráveis ao Estado ou ao cidadão .....	340
5 A modulação de efeitos trazida pelo art. 927, parágrafo 3º, do novo CPC/2015 .....	344
Considerações finais .....	350
Referências.....	352

### LIMITES DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E O POSICIONAMENTO DO STF

<b>Marina Tanganelli Bellegarde</b> .....	355
Introdução .....	355
1 Primeira parte: definições .....	355

1.1	Segurança jurídica.....	355
1.2	Coisa julgada.....	357
1.3	Coisa julgada como manifestação da segurança jurídica.....	360
2	Segunda parte – aplicabilidade no Direito Tributário.....	362
2.1	Limites da coisa julgada.....	362
2.1.1	Disposições do art. 505, inciso I, do CPC.....	362
2.1.2	Conciliação entre a segurança jurídica e a igualdade.....	365
2.2	Análise prática de jurisprudência – a questão da CSLL.....	368
	Conclusão.....	372
	Referências.....	373

## A REPERCUSSÃO GERAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: OBSERVAÇÕES SISTÊMICAS E PROCESSUAIS

<b>Ulisses Schwarz Viana</b> .....	375	
I	Introdução.....	375
II	As demandas tributárias e a repercussão geral no processo civil brasileiro.....	376
II.a	A tributação como fenômeno complexo inserido em um <i>acoplamento estrutural complexo (komplexe strukturelle Kopplung)</i> entre <i>direito, economia e política</i> .....	376
II.b	A repercussão geral e sua relevância nas demandas tributárias.....	380
II.c	O ‘ <i>Amicus Curiae</i> ’: mecanismo de ‘abertura cognitiva’ do STF na repercussão geral em matéria tributária.....	381
II.c	Da demonstração da repercussão geral em demandas tributárias e do interesse de <i>terceiros</i> em produzir manifestação no procedimento.....	385
III	Conclusão.....	386
	Referências.....	387

## EFEITOS DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E LIVRE CONCORRÊNCIA

<b>Fernando Facury Scaff</b> .....	389	
1	Posição da questão.....	389
2	Liberdade de iniciativa econômica e livre concorrência.....	392
3	Isonomia, livre concorrência e neutralidade econômica dos tributos.....	394
4	Controle de constitucionalidade pelo STF, efeitos da coisa julgada e livre concorrência.....	397
5	Conclusões.....	406
	Referências.....	407

## A AÇÃO RESCISÓRIA NO CONTROLE SUPERVENIENTE DE CONSTITUCIONALIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

<b>Lucas Bevilacqua, Alexandre Coelho de Oliveira</b> .....	409	
1	Breves apontamentos sobre a ação rescisória.....	409
2	O controle superveniente de constitucionalidade e a relativização da coisa julgada.....	412
	Conclusão.....	418
	Referências.....	419

OS PRONUNCIAMENTOS DO STF SOBRE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS  
E SUA REPERCUSSÃO SOBRE A COISA JULGADA (IMPUGNAÇÃO AO  
CUMPRIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO INCONSTITUCIONAL E A REGRA  
ESPECIAL SOBRE PRAZO DE AÇÃO RESCISÓRIA)

<b>Eduardo Talamini</b> .....	423
1 Introdução .....	423
2 Sentido e finalidade da norma .....	424
3 Impugnação com caráter rescisório .....	424
4 A origem, no Direito Comparado .....	425
5 Constitucionalidade da regra .....	425
6 Hipótese de incidência .....	426
6.1 Pronunciamento do plenário do STF.....	426
6.2 Enfrentamento direto e relevante da questão ( <i>ratio decidendi</i> ) pelo Plenário.....	426
6.3 Decisão revestida de eficácia vinculante <i>erga omnes</i> .....	427
6.4 Decisão de constitucionalidade, inconstitucionalidade ou de interpretação conforme ..	428
6.5 Decisão anterior à formação do título executivo judicial .....	429
7 Modulação de efeitos .....	429
8 Desconstituição do <i>decisum</i> anterior e novo julgamento .....	431
9 Imprescindibilidade da impugnação ao cumprimento .....	431
10 Inaplicabilidade às decisões declaratórias e constitutivas .....	432
11 Limites de aplicabilidade da ação rescisória prevista nos arts. 525, §12, e 535, §5º .....	432
12 Direito intertemporal .....	434
Referências .....	434
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	437